EDIÇÃO 1 - 2025

Informativo

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL DOS EMPREENDIMENTOS MARÍTIMOS DA PETROBRAS NA BACIA DE SERGIPE - ALAGOAS

A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

IBAMA MMA

PETROBRAS

Vamos relembrar alguns aspectos do descomissionamento, principal atividade da Petrobras em águas rasas em Sergipe

Você já se perguntou o que acontece depois que um sistema de produção de petróleo chega ao fim de seu ciclo de vida? Pois é, assim como existe legislação e regramentos para procurar novos reservatórios, desenvolver novos campos e finalmente extrair petróleo e gás, as regras e marcos legais também existem para instalações que encerraram em definitivo suas operações de produção.

Trata-se da atividade conhecida como **descomissionamento de instalações**. Desde o ano passado, esse tema tem sido pauta de reuniões e em materiais informativos para as comunidades costeiras de Sergipe, e é sobre ele que vamos mais uma vez atualizar aqui em seus vários aspectos.

Hoje, a atuação da Petrobras nas águas rasas no litoral de Sergipe é toda voltada para essa atividade. Com a atividade de produção interrompida desde março de 2020, e tendo informado aos órgãos de controle que essa operação não seria mais retomada, a Petrobras iniciou as etapas necessárias ao descomissionamento das 26 plataformas fixas, poços de petróleo, dutos de escoamento e estruturas associadas.

Plataformas PCM-6 e PCM-8, que ilustram os diferentes tipos de plataforma em Sergipe

Base legal

Do ponto de vista legal, o descomissionamento prevê inicialmente a apresentação de um Estudo de Justificativa de Descomissionamento, fornecendo à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a justificativa quanto à não continuidade da produção. Um segundo documento busca informar, de forma detalhada, como ocorrerá a atividade em todas as suas etapas. Conhecido como Programa de Descomissionamento de Instalação (PDI), esse documento é avaliado e precisa da aprovação da ANP, do IBAMA e da Marinha do Brasil.

Num PDI são considerados aspectos como limpeza e preparação das plataformas, dutos e equipamentos; o tamponamento seguro e definitivo dos poços; a desconexão das plataformas e destinação das estruturas; o tratamento, destinação final de resíduos e disposição ambientalmente adequada de rejeitos; e o desmantelamento e reciclagem das partes das plataformas e equipamentos.

A Petrobras protocolou na ANP, IBAMA e Marinha os PDIs referentes aos 5 campos de águas rasas de Sergipe - Caioba, Salgo, Camorim, Guaricema, Dourado - e, em separado, o da plataforma PCM-11. Em todos os casos, o documento tratou conjuntamente das plataformas e dos poços, enquanto as informações sobre sistemas submarinos serão apresentadas posteriormente. A empresa recebeu Parecer de Interferência Prévia da Marinha (que corresponde ao “nada a opor”) para a remoção das plataformas. A ANP aprovou o PDI protocolado para as concessões de Caioba, Camorim, Guaricema e para a PCM-11 e, com relação ao IBAMA, que enviou pareceres técnicos relativos aos PDIs, cabe ainda à Petrobras a revisão dos documentos para as adequações solicitadas pelo órgão ambiental.

Enquanto esse processo está em andamento, a empresa segue realizando atividades de rotina para permitir que as 26 plataformas estejam prontas para o descomissionamento. A Unidade de Operações de Gestão de Ativos em Descomissionamento (GAD) é a responsável por essa preparação das instalações localizadas nos campos marítimos de Sergipe, além de Rio Grande do Norte e Ceará. Sediada em Aracaju, a unidade tem, entre suas principais atividades, a inspeção de dutos submarinos, a limpeza e intervenção em poços para garantir sua integridade, a adequação das plataformas em aspectos como segurança, condição de acesso e manutenção geral em sua estrutura.

Etapas do descomissionamento

À medida que o trabalho de preparação das instalações vai avançando, as demais áreas da Petrobras podem iniciar as etapas do descomissionamento propriamente dito, ou seja, a desativação completa e o tamponamento de poços (o chamado abandono de poço), a desconexão dos poços e dutos submarinos e, finalmente, a remoção das plataformas para locais licenciados e onde possa haver o chamado desmantelamento, de forma segura e rastreável quanto ao destino de todos os materiais.

Em Sergipe, a grande maioria dos poços tem as chamas válvulas de controle (“cabeças de poço”) localizadas dentro das plataformas. Nesses casos, a remoção das plataformas só pode ser realizada após a realização do abandono dos poços, que é sua desativação e isolamento seguro. Para essa desativação, é necessário intervenção de sondas.

Tipos de sondas

As sondas podem ficar dentro das plataformas (as chamadas sondas de produção hidráulica ou “SPH”) ou anexas a elas, sendo essas chamadas de plataformas auto elevatórias ou “PA”, que são grandes estruturas com “pernas” que se fixam no solo e elevam o equipamento para ficar na posição de intervenção nos poços de produção que estão na plataforma. As sondas desse segundo tipo são rebocadas por embarcações e podem ser avistadas com facilidade da costa por terem uma dimensão muito maior que a das plataformas onde atuam.

A primeira sonda do tipo PA contratada pela Petrobras para os campos de Sergipe se chama PA-38 e chegou ao litoral sul de Aracaju em abril de 2025 para atuar inicialmente nos poços da plataforma PGA-5, no campo de Guaricema, devendo permanecer ali por cerca de seis meses. Posteriormente ele deverá se deslocar para outros poços na região.

Válvulas de controle de poços dentro de plataforma em Sergipe

Continua na pág 2

Encontro do PEAC reúne representantes de Sergipe e Bahia com as comunidades
Página 3

Plano de Compensação da Atividade Pesqueira avança em cinco regiões de Sergipe e Bahia
Página 4

Círculos de Reestruturação atualizam linhas de atuação
Página 5

Nesse detalhe, a PA-38 já se encontra junto à plataforma PGA-5, a primeira na qual ela faz intervenção de poços em Sergipe

Plataforma auto elevatória PA-38 vista de cima

Complexidade e duração da atividade

A atividade de descomissionamento exige o mesmo rigor com as medidas relacionadas com segurança das pessoas, meio ambiente e integridade das instalações. Todas as operações são licenciadas, com acompanhamento e fiscalização pelos órgãos de controle até o final de todas as etapas do descomissionamento. São atividades complexas, que exigem uso de tecnologias variadas, mão de obra especializada e ampla estrutura de suporte operacional, como logística, hotelaria, alimentação, entre outras.

No seu auge, as atividades de descomissionamento contarão com operações simultâneas de abandono de poços, remoção de plataformas e desconexões submarinas em áreas diferentes, já que as plataformas e instalações vão ficando aptas a serem totalmente descomissionadas numa sequência de etapas, que vão migrando sucessivamente para as demais.

A previsão de duração de todos os projetos de descomissionamento no estado é de mais de 11 anos, dado o volume de instalações e serviços, a sensibilidade ambiental dos campos de águas rasas, entre outros fatores, podendo haver ajustes nos cronogramas a depender, também, da interlocução com os órgãos de controle quanto às alternativas técnicas e ambientais para sua execução. Em todo esse período, a empresa irá disponibilizar informações variadas sobre as atividades, dando conta de seu estágio e de possíveis interferências com outras atividades no entorno.

26 PLATAFORMAS FIXAS

20.464 TONELADAS DE AÇO

171 POÇOS

314 KM DUTOS RÍGIDOS

Campos a serem descomissionados em Sergipe

Camocim (11 plataformas)	**Caioba** (4 plataformas)
Dourado (3 plataformas)	**Guaricema** (7 plataformas)
Salgo (0 plataforma)	**Robalo** (1 plataforma)

Etapas da atividade de descomissionamento

Documentação: apresentação de justificativa para o descomissionamento à ANP; apresentação dos Programas de Descomissionamento das Instalações para aprovação da Marinha do Brasil, ANP e IBAMA

Preparação das plataformas: adequação dos acessos, garantia das condições de manutenção e segurança, limpeza de equipamentos.

Inspeção e limpeza de dutos: intervenções para garantir a integridade dos dutos e limpeza dos dutos para eliminação de todos os resíduos de produção.

Abandono de poços: conjunto de intervenções para a total desativação de um poço produtor, impedindo a passagem de óleo e gás.

Desconexão e retirada das plataformas: é desconectar as plataformas dos poços e dutos submarinos; retirada das estruturas da plataforma, começando das partes superiores (conveses) para a parte inferior (jaqueta).

Destinação e reciclagem das plataformas: envio das plataformas para locais licenciados para que suas partes possam ser destinadas de forma ambientalmente sustentável e rastreável.

XIII Encontro do PEAC: evento reúne povos e comunidades tradicionais

Plenária dos Povos no XIII Encontro do PEAC

Sob o tema central "Lutas por terra e território dos povos e comunidades tradicionais: transição energética para quem?", o XIII Encontro do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (EPEAC) reuniu cerca de 160 pessoas entre os dias 30 de janeiro e 2 de fevereiro de 2025, na Chácara João XXIII, no município de Salgado, em Sergipe.

O EPEAC é o principal evento do PEAC, programa executado como medida de mitigação do licenciamento ambiental federal do empreendimento da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas. Executado pela Universidade Federal de Sergipe, o programa abrange 98 comunidades costeiras localizadas no estado de Sergipe e norte da Bahia (municípios de Jandaíra e Conde).

Com uma periodicidade anual, o evento alterna momentos eleitorais e formativos, proporcionando um espaço para reflexões e debates. O encontro reuniu conselheiros e delegados do programa, convidados, palestrantes e equipe técnica do programa.

Essa edição do evento foi precedida por quatro Fóruns de Base Regionais, que propiciaram um momento de debate e aproximação entre os participantes e lideranças locais. Foi promovido nos encontros um debate introdutório sobre as questões ambientais, sociais e econômicas do Projeto Sergipe Águas Profundas (SEAP). A discussão sobre o SEAP esteve entre os temas centrais do evento, ao lado da pauta da Transição Energética.

Tecendo o Encontro: a arte de preparar um espaço acolhedor

A organização do XIII EPEAC demandou uma atenção especial ao perfil das lideranças comunitárias participantes, predominantemente marisqueiras, pescadoras, quilombolas e agricultoras de diversas idades. O objetivo era assegurar uma participação plena e inclusiva. A estrutura do evento foi planejada para oferecer acessibilidade, segurança e cuidados ao público, além de garantir conforto e acolhimento para filhos e filhas dos/as participantes que não podem prescindir dos cuidados familiares.
O cuidado com a linguagem foi alvo de atenção para maximizar a interação. O amplo uso da linguagem audiovisual visou o pleno compartilhamento das informações e conhecimento apresentados. Entre os recursos usados, destaque para a sistematização gráfica que permitiu combinar palavras, desenhos, ícones e mapas para sintetizar as ideias e reflexões das mesas de debate. Outra ferramenta foi a exposição fotográfica, que retratou visualmente os modos de vida das comunidades. As manifestações culturais das comunidades tradicionais também tiveram espaço na programação, com apresentações de reisado, escola de samba, maracatu, danças de terreiro, samba de parei, entre outras.

As místicas, momentos simbólicos que abriram cada mesa de debate, trouxeram representações da luta e resistência de cada região do estado, com elementos como o tambor, a rede, o peixe, a semente, as bandeiras dos movimentos e as músicas do cancioneiro, com um livreto com canções de luta dos movimentos sociais distribuído durante o evento. O Teatro do Oprimido, utilizado como ferramenta de comunicação em diversos momentos, estimulou a expressão e o debate através do corpo, horizontalizando a participação e amplificando as vozes presentes com jogos e exercícios.

Colhendo os frutos do diálogo: denúncias, anúncios, resistências e a centralidade da "Transição Energética para Quem?"

A programação do XIII EPEAC estruturou-se em torno de temáticas que dialogam diretamente com a defesa dos territórios, organizadas em dois eixos principais: Denúncias/Anúncios e Resistências. A Plenária dos Povos mobilizou a discussão de diversos atores envolvidos que protagonizam as lutas nas questões do território - o Movimento das Marisqueiras de Sergipe, o Fórum de Comunidades Tradicionais, o Movimento dos Quilombolas de Sergipe e o Conselho Gestor do PEAC -, promovendo o compartilhamento de experiências.

Representantes do Ibama e SPU respondem a questionamentos de lideranças comunitárias no XIII EPEAC

Durante a plenária, foram debatidos os desafios associados à implementação da Transição Energética nos territórios. Lideranças de povos e comunidades tradicionais compartilharam várias percepções. Foram relatadas preocupações relacionadas ao acesso a recursos naturais, como a pesca, além de efeitos sobre a infraestrutura local e o bem-estar das comunidades. Os relatos reforçam a importância do diálogo contínuo, do respeito aos direitos territoriais e da construção de soluções energéticas sustentáveis que considerem as especificidades socioculturais de cada região.

Formas de resistência, a garantia dos direitos territoriais e instrumentos de defesa preventiva, como o Termo de Autorização de

Continua na pág 4

Uso Sustentável (TAUS) foram temas centrais da mesa que contou com a participação de representantes da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e do IBAMA. Os Círculos Populares de Cultura proporcionaram um espaço valioso para a troca de experiências sobre modos de vida, anúncios, gestão territorial e auto-organização comunitária entre lideranças, educadoras e representantes de órgãos públicos de Sergipe e outros estados.

Ciranda: espaço pedagógico de integração e intervenção

Em consonância com o direito constitucional à participação das crianças nos espaços sociopolíticos e pedagógicos - uma demanda pontuada pelo Movimento das Marisqueiras de Sergipe, a Ciranda se apresentou como um espaço pedagógico dedicado à integração das crianças dos territórios abrangidos pelo programa e garantia de participação das mulheres nos espaços políticos. A Ciranda ofereceu metodologias para promover um espaço interativo com o público infanto-juvenil. Os jovens também puderam realizar uma intervenção artística no espaço com técnicas de muralismo, com temas como racismo e lutas por um planeta mais saudável.

Sistematização Gráfica, mesa Plenária dos Povos

Fórum de Base, que ocorreu em Cachoeira, no Norte da Bahia

Ciranda Infantil

Reisado Função da Belezinha, grupo cultural do povoado Crasto, de Santa Luzia do Itanhi, abriu as apresentações culturais do EPEAC

Ciranda Infantil com apresentação circense

Troca entre lideranças pescadoras na Plenária dos Povos

Projeto de Monitoramento de Praias reforça proteção da fauna marinha e identifica impactos das atividades costeiras na Bacia Sergipe-Alagoas

A realização do Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia Sergipe-Alagoas (PMP-SEAL) é uma condição exigida pelo IBAMA para a continuidade das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural na bacia sedimentar Sergipe-Alagoas.

O protejo, com 15 anos de execução, tem o objetivo de avaliar os impactos das atividades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás nas aves, tartarugas e mamíferos marinhos, por meio do monitoramento diário dos encalhes e de outras anormalidades como a presença de óleo e lixo em todas as praias que possam ser influenciadas por estas atividades.

Durante o ano de 2023, no PMP-SEAL, os monitores de praia percorreram 151.387,04 km em atividade de monitoramento e registraram 2.032 ocorrências de fauna-alvo, sendo 609 casos de aves costeiras aquáticas, 1.350 de tartarugas marinhas e 73 de mamíferos marinhos. 216 animais foram resgatados ainda com vida e encaminhados para a reabilitação. Desses, 1 tartaruga e 17 aves marinhas foram reabilitadas com sucesso. Não foram encontrados animais oleados. Ainda em 2023, houve o registro de 2 ocorrências coletivas, sendo 2 grupos de aves, todas da espécie *Calonectris diomedea borealis*: 20 aves em Barra dos Coqueiros, e 149, em Aracaju, ambos em Sergipe.

Também foram registrados, em 2023, 21 ataques de cães a tartarugas durante ou depois da postura dos ovos. Sobre esses registros, o PMP/SEAL sempre emite comunicados aos órgãos de defesa ambiental para o auxílio na atuação frente a essa realidade

Processo de reabilitação de espécime de Tartaruga Verde (C. mydas), atendida e reabilitada pelo PMP-SEAL, em 2023, desde a admissão até a soltura

Reprodução das tartarugas marinhas

A partir de 14 de setembro de 2022, com a aprovação pelo IBAMA, o PMP passou a fazer o monitoramento da reprodução das tartarugas marinhas. Este monitoramento é feito nas primeiras horas da manhã, buscando rastros e ninhos de tartaruga na areia das praias. Quando são encontrados vestígios da atividade reprodutiva, é feito o registro da ocorrência. Nos ninhos, é feita a marcação e proteção contra predadores. Os ninhos encontrados são acompanhados até a data de nascimento dos filhotes. Em alguns trechos de referência, é feita a escavação dos ninhos para coleta de informações como quantidade de ovos chocados, gorados e filhotes mortos. Quando são encontradas tartarugas em desova, elas são medidas, pesadas e marcadas para a sua identificação em um próximo encontro.

Em 2023, foram percorridos 58.160,99 km, pela equipe de monitoramento na busca por evidências reprodutivas de tartarugas, sendo registradas 7.325 ocorrências de atividade reprodutiva, dentre estas 5.843 desovas.

Os dados do projeto até 2023 reforçam a grande quantidade de encalhes de aves costeiras e marinhas entre os meses maio e junho, com destaque para a praia de Aracaju. Estes encalhes parecem estar associados ao esforço que as aves fazem na migração, chegando às praias sergipanas exaustas, debilitadas. Muitas delas acabam morrendo durante esse processo migratório.

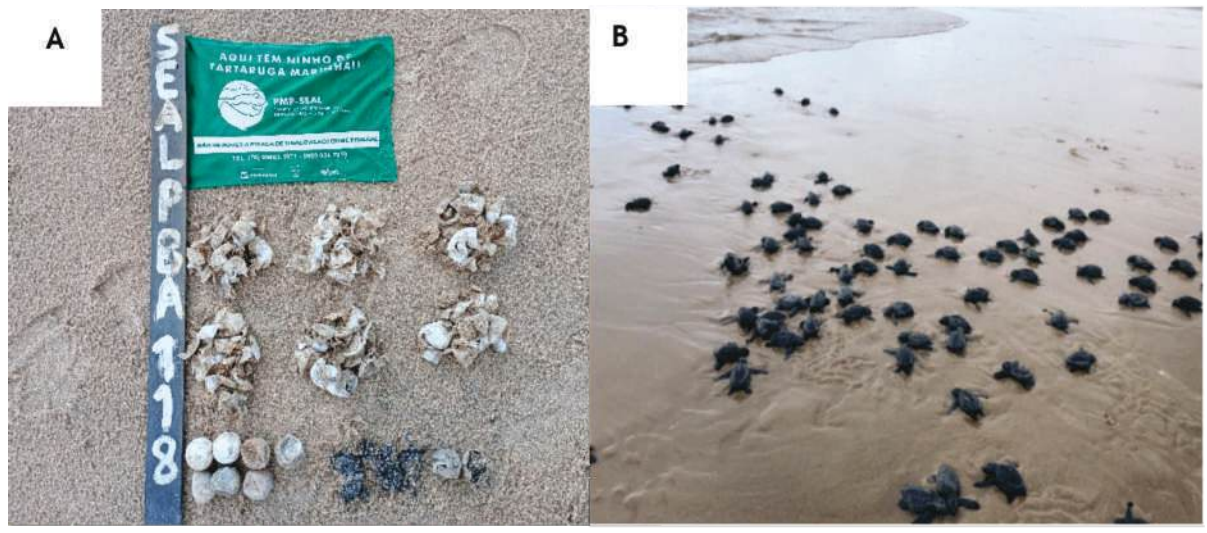
Os registros de encalhe de tartarugas marinhas são mais expressivos entre os meses de janeiro e março, ocasionados principalmente pela pesca, com a praia de Pontal do Peba, em Alagoas, sendo o local de maior ocorrência.

Já em relação aos encalhes de mamíferos aquáticos, a espécie com maior número de ocorrências é o golfinho costeiro (Sotalia guianensis), que é afetado por redes, anzóis e atividade de pesca. Alguns ficam feridos e outros morrem e são levado para as praias pela força das correntes.

Em relação aos resíduos sólidos, em 2023, foram registradas 244 ocorrências nas praias, sendo 148 Resíduos Diversos (RD), 29 Resíduos de Exploração e Produção de Óleo e Gás (RE) e 67 Resíduos Pesqueiros (RP). Em se tratando de resíduos oleosos, em 2023, foram registradas 20 ocorrências, com amostras coletadas e encaminhadas para análise. Todos os resultados demonstraram que os resíduos não apresentavam correlação com o petróleo cru produzido em território nacional.

A comunidade pode contribuir com este programa e com a fauna marinha de algumas formas, dentre elas:

· Não usar veículos na praia, que estão destruindo ninhos de tartarugas (vem ocorrendo em Aracaju/SE, Mangue Seco/BA, Sítio Do Conde/BA, Ponta dos Mangues/SE e Pontal do Peba/AL);
· Não consumir ovos de tartarugas marinhas (está acontecendo em Sítio do Conde/BA e Barra dos Coqueiros/SE);
· Não retirar as estacas ou marcações dos ninhos;
· Prender e não abandonar animais domésticos como cães, que estão matando tartarugas que sobem para desovar (ocorrências em Abaís/SE, Ponta dos Mangues/SE, Mangue Seco/BA e Sítio do Conde/BA);
· Instalar TED nas redes de arrasto de camarão e usar anzóis circulares (muitas mortes de tartarugas em Pontal do Peba/AL);
· Jogar o lixo sempre na lixeira, pois muitos dos animais mortos tinham lixo no estômago, o que se não for a causa da morte, prejudica a saúde e dificulta a reabilitação do animal;
· Jamais descartar óleo e graxa de embarcações no mar. Acondicionar o óleo frio em garrafas pet e descartar em pontos de reciclagem ou em pontos de venda de óleo novo, como oficinas mecânicas e postos de combustível;
· Caso aviste algum animal marinho nas praias que precise de resgate, não se aproxime dele e ligue para o (79) 9-9130-0016 (PMP-SEAL - Fundação Mamíferos Aquáticos). Vale ressaltar que o número indicado recebe ligações a cobrar e funciona no Whatsapp.



Monitoramento dos ninhos marcados. A. Análise biológica: contagem das cascas vazias, ovos não eclodidos e natimortos no ninho 118 da praia Pontal do Peba; B. Liberação de neonatos de Tartaruga Oliva (L. olivacea) encontrados dentro da câmara de ovos, após a eclosão do ninho.

Projeto Compartilhar fortalece participação das comunidades no processo de demarcação das terras da União em Sergipe

Consulta realizada na região Norte, em Brejão dos Negros, Sergipe

Equipe do Programa de Educação Ambiental da Petrobras tem atuado junto às comunidades costeiras para ampliar o acesso à informação, promover escutas e apoiar o reconhecimento dos direitos territoriais tradicionais

O processo de demarcação das terras da União, conduzido pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU), tem ganhado atenção nas comunidades tradicionais da zona costeira de Sergipe. O trabalho da equipe do Compartilhar, projeto integrante do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), atua na mobilização, formação e escuta das populações diretamente afetadas.

Desde 2023, quando o processo foi iniciado pela SPU, a equipe do Compartilhar tem atuado ativamente para garantir que as comunidades tenham acesso a informações sobre a demarcação dos chamados "terrenos de marinha" – áreas públicas federais como margens de rios, manguezais e faixas litorâneas. A proposta é fortalecer a autonomia e a participação social nos debates sobre ordenamento territorial.

Informação acessível e formação nos territórios

Acompanhando de perto as etapas do processo, o Compartilhar promoveu uma série de atividades formativas e rodas de diálogo nos municípios de Pacatuba, Brejo Grande, Indiaroba e Estância, todos em Sergipe. Nesses encontros, a equipe tem apresentado o que são as terras da União, o que está em jogo com a demarcação e quais os instrumentos legais disponíveis para proteger os direitos das comunidades.

Consulta realizada na região Sul, em Estância, Sergipe

Uma das principais ferramentas discutidas é o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), que permite o reconhecimento do uso tradicional das terras por povos como pescadores artesanais, marisqueiras, quilombolas, indígenas e extrativistas da mangaba. A atuação do Compartilhar tem sido importante para ampliar o entendimento sobre o TAUS e apoiar as comunidades na sua interlocução com o poder público.

Apoio técnico às escutas comunitárias

Com o fortalecimento da mobilização local, a SPU, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), abriu edital para a produção de um relatório de identificação das comunidades que ocupam terras da União. A equipe do Compartilhar tem acompanhado de forma ativa essas escutas ampliadas, que já aconteceram em Aracaju, no quilombo Porto D'Areia (Estância) e na comunidade de Santa Cruz (Brejo Grande). Esses momentos têm sido importantes para ouvir os modos de vida, os usos tradicionais e os desafios vividos pelas comunidades. A conselheira da 6ª gestão do Conselho Gestor do PEAC, integrante do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS) e moradora do povoado Ouricuri, Josineide Marques, reforça a importância da iniciativa.

"Eu entendo que é o primeiro passo para nós, conselheiros e comunitários, garantirmos o direito de ir e vir. Através do TAUS a gente pode, sim, dizer que essa terra tem dono, que nessa terra mora gente e que essa gente precisa ter vida saudável".

Educação ambiental como ferramenta de incidência

A atuação do Projeto Compartilhar vai além da formação: ela contribui diretamente para a incidência política em defesa dos direitos territoriais. Por meio de parcerias com lideranças locais, o projeto tem ajudado a organizar demandas, ampliar o acesso às políticas públicas e fortalecer a articulação entre comunidades e instituições.

A pesquisadora Carolina Sapucaia, integrante da equipe, explica que mesmo com seus limites, o TAUS é uma ferramenta que dá visibilidade à luta das comunidades por reconhecimento. Assim, o Projeto Compartilhar tem atuado como mediador entre os saberes tradicionais e os instrumentos institucionais, contribuindo para fortalecer o diálogo e apoiar o avanço do debate territorial em Sergipe.

Próximos passos: ampliar o diálogo e aprofundar o debate

Como parte de sua estratégia de educação ambiental, o Projeto Compartilhar tem promovido o Ciclo de Saberes Maré Cheia, um espaço formativo voltado à popularização da informação e ao fortalecimento da participação das comunidades nas discussões sobre a política de ordenamento territorial. Os encontros têm como foco o debate sobre o TAUS, além de promover reflexões sobre o contexto nacional da regularização fundiária e os desafios para o reconhecimento dos direitos territoriais das populações tradicionais.

A partir das vivências e experiências das comunidades costeiras, os ciclos têm contribuído para ampliar o diálogo público, reforçando a importância do engajamento direto dos sujeitos impactados nas decisões que envolvem seus territórios.

Com essa atuação, o Projeto Compartilhar reafirma seu compromisso com uma educação ambiental crítica, inclusiva e transformadora, que reconhece o direito à informação como base para a defesa dos modos de vida tradicionais e para a construção de políticas públicas mais justas e participativas.

Consulta realizada na região Centro, em Aracaju, Sergipe

O informativo dos empreendimentos marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe - Alagoas é uma publicação semestral do Programa de Comunicação Social Regional. O programa é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA. Esta edição correspondente ao exemplar 1/2025.

Petrobras - Unidade de Operações de Gestão de Ativos em Descomissionamento
Rua Acre, 2504 - Bairro América, Aracaju/SE, CEP 49.080-010. Responsável pela publicação: Ricardo Leal Costa Santos, Registro Conrerp Nº 309 - 1ª Região. Edição digital - Disponível em programapeac.com.br. Fotografias: Núcleo de Educomunicação do PEAC e Banco de Imagens Petrobras.